

# Carta Demanda do Projeto Menina Cidadã

**Prezados (as) Gestores (as) públicos (as),**

Somos um coletivo de meninas, especificamente, da Macrorregião da Cidade Operária, que, devido a demandas como desigualdade social, falta de informações, feminicídio, educação precária, machismo patriarcal entre outras questões, fazerem parte da realidade cotidiana de nossa periferia, produzimos esta carta para relatar nossas dores e insatisfações. E queremos como resultado obter melhorias nas políticas públicas voltadas para as meninas e também para a população em geral.

Os nossos caminhos, que deveriam ser de direitos garantidos, de vida plena e abundante a todas nós, aos nossos familiares e à nossa comunidade, na verdade são caminhos repletos de dificuldades e injustiças que perpassam por uma construção de sociedade com a presença marcante do patriarcado, com a prática do machismo, do sexismo, da misoginia, de diversas violências e principalmente de desigualdades de raça, classe e gênero.

É importante atentarmos para o fato de não estarmos em pé de igualdade com os homens nesta sociedade, muito por influência de uma construção social de gênero que nos inferioriza e marginaliza nossas escolhas; quando crianças, a forma como os meninos e as meninas são tratados é diferente.

A violência de gênero afeta as meninas e mulheres de todo o mundo e é motivada pelas desigualdades baseadas na condição do sexo feminino e a partir da construção social do que se entende ser mulher na sociedade. Esta violência é reproduzida nas relações sociais e de poder por uma tradição cultural, econômica e política, firmada no sistema patriarcal que legitima a figura do homem como detentor dos corpos femininos, estigmatizando-as como objetos, e não como pessoas.

Compreende-se que a problemática das diversas violências que oprimem e impedem a vida plena das meninas no município de São Luís e outras cidades maranhenses é um fenômeno complexo existente na sociedade. Desta forma, o Estado do Maranhão deve realizar intervenções legais e institucionais através de políticas públicas específicas para o enfrentamento dessas violações.

Existe a necessidade do Estado propor Políticas Públicas que incorporem as dimensões de gênero e raça para superar as subordinações das meninas e mulheres, tendo como norte o oferecimento de ações efetivas que garantam a todas nós condições de equidade diante dos fatores historicamente construídos, que nos posicionam em desigualdade de acesso a direitos, bens e serviços. A proposição dessas Políticas deve advir do intuito de solucionar essas problemáticas que se complementam e estão interligadas, a fim de transformar a realidade de violências contra as mulheres.

Desta forma, nós, Meninas Cidadãs da Macrorregião da Cidade Operária apresentaremos propostas efetivas do que queremos de melhorias e que nossos direitos sejam garantidos com ações concretas de políticas públicas com enfoque a proporcionar um bem viver a nós e à nossa comunidade:


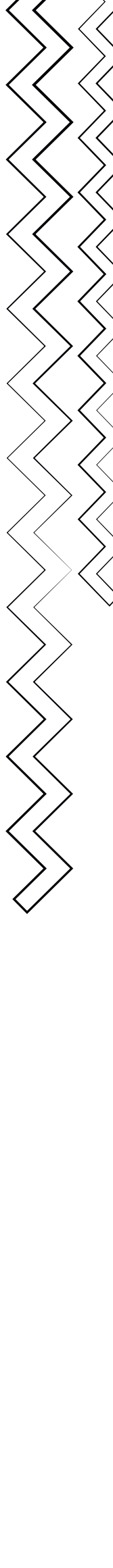


MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça



unicef  
para cada criança





Em 1988 o esporte foi considerado direito individual, e na sua dimensão de lazer como direito social. Esporte e lazer são direitos porque são necessidades humanas, e com isso o Estado deve desenvolver políticas públicas que garantam esse acesso para a população. A Secretária de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL) obriga-se, pela Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, à aplicação de recursos em projetos das diversas manifestações desportivas e paradesportivas distribuídas por todo território nacional. Essa lei de incentivo atende crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, além de garantir suportes a atletas de alto rendimento. É importante praticar esportes, sendo uma boa solução para quem busca o lazer! Em nossa região presenciamos cotidianamente, a violência, a criminalidade em que os espaços públicos que deveriam ser utilizados para a **prática esportiva, cultural e de lazer**, com a falta de segurança tornam-se pontos estratégicos e passam a ser usados para a prática ilícita de drogas e outros entorpecentes. Na macrorregião da Cidade Operária é latente a ausência quase que total dessas políticas públicas. Desta forma, solicitamos com prioridade a manutenção, reformas e construção de praças, quadras poliesportivas, projetos de incentivo ao esporte em suas diversas modalidades em todas as escolas e adaptação dos espaços às pessoas com deficiências.


No que se refere a **Política de Segurança Pública**, a violência afeta todos, em especial a periferia, que é motivada pela desigualdade produzida nas relações sociais e de poder por tradição cultural, econômica e política. Onde na nossa região os números de homicídios e feminicídios são crescentes levando o sentimento de insegurança. Propomos uma reeducação policial com relação às abordagens de adolescentes e jovens nas comunidades, a presença de policiais mulheres nas rondas para abordagem das meninas, fortalecimento das delegacias e a criação de um Centro de Apoio às Mulheres tendo como objetivo garantir o acesso a formação profissional, visando a autonomia e a emancipação das mulheres que sofreram violência ou passam por necessidades.

No que diz respeito a **Saúde** das meninas e das famílias em geral, identificamos diversas problemáticas tais como a quantidade insuficiente de UBS levando à superlotação das UPAs, a falta de infraestrutura física e de equipamentos nesses espaços. Deparamo-nos com a falta de profissionais qualificados para o serviço básico de saúde, falta de medicamentos, tratamento humanizado aos pacientes, além disso, a carência do acompanhamento das famílias por meio do agente de saúde ou áreas inteiras descobertas pela estratégia de saúde da família, a desinformação das atividades nas UBS como: campanha de vacinação, palestras sobre prevenções de doenças, planejamento familiar entre outros.

Desta forma, sugerimos que haja a ampliação dos serviços das UBS, para que atendam toda a população com qualidade, e isso passa pela capacitação dos profissionais da saúde periodicamente atuando na saúde da família, com enfermeiros, dentistas, clínicos gerais, ginecologistas e agentes de saúde. Propomos ainda que sejam promovidas ações/campanhas educativas de prevenção e tratamento relacionadas à saúde das meninas e mulheres, das crianças, idosos; saúde mental, planejamento familiar, prevenção ao câncer, exame pré-natal e cuidado de doenças crônicas como diabetes e hipertensão.

Essa expansão e a qualificação das Unidades Básicas de Saúde e das UPAs irão garantir serviços mais próximos às nossas casas, sem necessitar de deslocamento para outros bairros, levando à superlotação. Com a pandemia da COVID-19, muitas meninas e famílias deixaram de ir aos postos de saúde por medo da infecção pelo vírus, aumentando a incidência de outras doenças; por esta razão, é necessária a implementação de novas campanhas de incentivo à vacinação, além do acompanhamento durante e após a pandemia para nós meninas, com equipe especializada em assistência psicológica. Tivemos muitas perdas irreparáveis e sabemos que a única solução para isso tudo é sem dúvida a vacinação. Vacinação essa que é direito de todos.

Além da questão da saúde, que é de extrema importância não somente às Meninas, mas para suas famílias, tem a questão das **Redes Socioassistenciais** que atendem todos, sobretudo as famílias que estão em situação de vulnerabilidade, exclusão social, risco pessoal e social, entre outros. Levando em consideração o próprio contexto em que estamos inseridas, solicitamos um olhar mais atento e sensível



serviços socioassistenciais, como os programas, projetos e benefícios, que são essenciais para todas Nós que vivemos na periferia, principalmente neste período de Pandemia, em que o acesso aos nossos direitos, embora fundamentais, se torna ainda mais complexo.

Assim, faz-se necessário que os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS tenham equipes técnicas ampliadas aptas para atender com qualidade, visando à humanização nos atendimentos. Ainda: assistência de materiais de higiene pessoal para meninas que evite a pobreza menstrual e infecções em decorrência da utilização inadequada de outros instrumentos; fortalecimento das políticas sociais e dos serviços de convivência nas comunidades; retomada imediata dos atendimentos que estão paralisados (a exemplo do Circo Escola da Cidade Operária); e a revitalização de todos os espaços físicos da nossa região. Esses espaços precisam estar bem estruturados para garantir o enfrentamento a violência sexual contra as meninas, o trabalho infantil, a evasão escolar, os transtornos suicidas, dentre tantos outros males da sociedade que nos acometem.

A pandemia da Covid-19 alterou a vida de todos, os desafios durante esse período são inúmeros. Sabemos que a **Educação** enfrenta obstáculos, mesmo antes da pandemia, então não nos causa estranheza os impactos de ter a escola fechada durante todo esse período. A falta de investimento na educação, a desvalorização das escolas existentes, a falta de novas escolas, a ausência de formação e qualificação dos professores, são alguns dos problemas que enfrentamos. Precisamos de um ensino que vá além da base comum curricular, que proporcione conhecimentos vocacionais e profissionais.

Portanto, é urgente o fechamento de todos os anexos de escolas da nossa região, nenhum desses espaços possui quaisquer condições de funcionar e muito menos de receber nossas crianças, adolescente e jovens para a garantia do seu direito sagrado a educação; também é urgente a necessidade de reforma nos prédios já utilizados e a construção de novos, devido o grande número de estudantes que se deslocam de seus bairros para outros mais distantes ser muito grande. Solicitamos também a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, para que possam auxiliar e acompanhar as meninas estudantes em suas dúvidas e problemáticas durante o processo de aprendizagem e desenvolvimento. A educação deve ser empoderadora, inclusiva e libertadora, porque ela é o instrumento de mudança da nossa realidade.

Nós, Meninas Cidadãs, não queremos ser só as destinatárias das vozes da macrorregião da Cidade Operária, queremos fazer parte do processo de planejamento das ações, queremos que nossas vozes possam ser ouvidas e, mais que isso, que o nosso protagonismo seja levado em consideração, para contribuir na efetivação das políticas públicas que impactaram nas nossas próprias vidas e assim, de fato, atender às nossas reais necessidades para que possamos viver de forma digna em uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, reforçamos e agradecemos o apoio das organizações e órgãos parceiros na nossa caminhada: o Ministério Público do Maranhão, a Fundação Justiça e Paz se Abraçarão, o Coletivo Nós, o Centro de Defesa Padre Marcos Passerini, o UNICEF, e o Fórum DCA da Cidade Operária, que são fortaleza para a efetivação dessas políticas públicas solicitadas à todas as meninas de nossa cidade.

São Luís - MA, 21 de Maio de 2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça



unicef  
para cada criança